

o-be-de-cer: o “abcd” do princípio de autoridade, ou da covardia

rogério nascimento *

Muitos são os termos utilizados por estudiosos da sociedade para definir a época na qual vivemos: pós-moderna, moderna, pré-moderna, crise dos paradigmas, mundo desencantado, niilismo. São algumas das expressões de maior destaque. Todas elas, são disseminadas no conjunto da sociedade, decerto, enfatizam um ou outro aspecto marcante da vida social nos tempos recentes e atuais. Por conta disto possuem alcance considerável na medida em que traduzem certos aspectos de inquestionável urgência, para um entendimento mais completo dos fenômenos sociais contemporâneos, como também muitos sentimentos e perspectivas de análises das problemáticas sociais mais candentes.

Diversos historiadores, para não falar em outros investigadores e especialistas, caracterizam o século passado como tendo sido marcado por conflitos os mais sangrentos e sem precedentes na história humana: duas grandes guerras mundiais — e há quem sustente

* Professor da Universidade Federal da Paraíba, músico e pesquisador do Nu-Sol.

ter iniciado uma terceira guerra ainda em andamento com a diferença de esta agregar à forma convencional outras estratégias inusitadas —; uma infinidade de conflitos localizados; eclosão, de maneira quase geral, de sistemas de governos totalitários como fascismo, nazismo, nacionalismos, imperialismos, além de catástrofes sociais como fome, pestes, epidemias e também catástrofes naturais... e a lista seria deveras longa caso tentássemos descrever com maior precisão o rol de misérias de nosso tempo.

Se juntarmos a esta lista referências às agressões sistemáticas feitas contra os ecossistemas com suas biodiversidades — isto é, com os diversos seres vivos neles existentes — pelos tubarões das finanças, das indústrias e pela especulação imobiliária; se adicionarmos ainda o sem-número de doenças psicossomáticas provenientes do estilo de vida das chamadas sociedades modernas como também de uma organização do trabalho na qual o ser humano cumpre papel de apêndice de máquinas ou de sistemas de oferecimentos de serviços; se somarmos, também, as estatísticas sobre a situação dos sem-teto, dos sem-terra, da infância e da velhice abandonada e indigente; e se não esquecermos também nesta lista dos extermínios dos chamados índios, de homossexuais, de prostitutas e da população negra; os casos rotineiros das chacinas dos moradores das periferias nas grandes cidades, dos favelados, das crianças, dos trabalhadores urbanos e do campo... Se considerarmos estes elementos e tantos outros ainda, a violência cotidiana contra a mulher ou a truculência característica de todos os governantes com os mais diversos segmentos sociais apenas no período da República no Brasil, teremos uma idéia mais aproximada do número e da magnitude dos pequenos e grandes holocaustos acontecendo de forma simultânea e recorrente em diversos pontos de nossa sociedade, ao nosso redor, por vezes bem do nosso lado!

Disfarçado em formas sutis como uma anedota, uma

ironia, uma frase sarcástica ou o pagamento de um (notem bem o termo) “imposto” ou um “cumprimento de um dever” cívico, militar ou religioso; manifesto em formas grosseiras, cruas mesmo, claras e cristalinas, como uma agressão ou um massacre televisado para milhões (e vivenciado por uns poucos, sofrido por menos gente ainda, mas não menos intenso e inominável para estes), o domínio, o abuso, o arbítrio, rotineiramente, banaliza a vida e a morte. Se prestarmos atenção um pouco mais, veremos ser ele, além de rotineiro, sistemático e calculado. Se afinarmos mais um pouco ainda nossos sentidos e procurarmos perceber os sinais dos acontecimentos ao nosso redor por uma janela diferente da proporcionada pelos ilustres, graves e tapados tele-jornalistas como também pelos alegres, divertidos e idiotizados entretenedores da Televisão ou dos abastados e sinistros empreendedores de Orlando, o que significa dizer, se procurarmos perceber os eventos ao nosso redor com sensibilidade e atitude iconoclasta, notaremos, ao mesmo tempo, o absurdo do modo de vida vigente como também delineados ante nossos olhos os propósitos inconfessados, deliberadamente planejados de tantas dores, de tantas misérias.

Pode-se levantar objeções, afirmando a elasticidade e aprofundamento das liberdades individuais e coletivas depois da queda do muro de Berlim, do fim da chamada “cortina de ferro”, da guerra fria, fazendo coro com os vencidos alegres; caso nos objetem ainda acenando com um pretensamente fatal e inevitável estabelecimento da democracia em todo o mundo com a conseqüente sustentação de uma lógica globalizante e de um mercado planetário como único pensável e possível caminho a ser trilhado de hoje em diante, ainda assim sustentaremos o colocado mais acima. Mais que isto: estas objeções nos oferecem elementos para recrudescer nossas convicções, nos dando argumentos favoráveis às assertivas acima arroladas. Isto porque, primeiro, o muro de Berlim, a U.R.S.S. e a guerra fria não apontam para campos exclu-

dentes, inconciliáveis, opostos. Expressam uma mesma causa; são fenômenos intrinsecamente ligados à lógica dominante sob o capitalismo e sob o estatismo, apesar de esconderem e mascararem este fato ao aplicarem maquiagens com tonalidades diferentes e uma retórica recheada de supostos radicalismos conjugados a termos peremptórios, incisivos.

Segundo, se a construção de um muro dividindo e separando a Alemanha em duas, a instauração da hoje finada U.R.S.S. e a guerra fria nos foram mostradas, na vitrine das relações internacionais, como provas factuais da existência de campos políticos e ideológicos inconciliáveis, houve e há na verdade muito mais coisas em comum entre eles do que uma história oficial — à direita ou à esquerda (?) — pretenda admitir. Dessa forma, podemos sem dúvida nenhuma nos referir a ambos os campos como constituintes de uma mesma dinâmica e se valendo dos mesmos processos sociais, respeitadas certas especificidades, relativas mais a grau e menos a gênero. Assim, numa perspectiva econômica não houve diferença entre países comunistas (?) e países capitalistas: ambos eram — e os ainda existentes também o são — capitalistas; a diferença está no fato dos primeiros desenvolverem um capitalismo de Estado enquanto os segundos desenvolvem um capitalismo de mercado. Ainda para realçar mais as similitudes entre democracia e socialismo (?) de Estado e em detrimento da idéia de existência de um pretensamente intransponível fosso divisor entre estes dois sistemas de governo, como defendem os demagogos da democracia e os psicóticos ao mando da ideologia vermelha, temos o estatismo como forma comum de gestão da vida social. No estatismo — democrata, vermelho ou outro — permanece o princípio de autoridade como postulado fundamental da sociabilidade humana, mantendo-se a hierarquização da sociedade e, portanto, a existência tanto do centralismo, na forma da heterogestão social,

como também, implicação lógica e necessária, uma verticalização na dinâmica das relações sociais.

Isto nos leva ao terceiro ponto. Em ambos, é a mesma intervenção na vida da sociedade, respeitadas, nunca é demais lembrar, as especificidades de cada caso, de cada localidade e de cada situação particular. Intervenção esta justificada seja na idéia de fazer cumprir uma pretensa “vontade geral”, uma “vontade da maioria” ou um “interesse nacional”, seja na de fazer valer uma “verdade científica”, uma “verdade revolucionária” ou um “interesse do operariado” por sobre o conjunto dos demais segmentos sociais e dos indivíduos. Nesta direção utilizou-se e utiliza-se, do mesmo modo, fatal e necessariamente, de expedientes violentos. Por sua vez tais expedientes remetem à necessidade da criação e manutenção de exércitos, de policiais, de um corpo extenso de magistratura, de oficiais, de carcereiros, de prisões, de paredões, de cadeiras elétricas e similares... e de muitos funcionários públicos para fazer funcionar toda esta imensa rede de compressão.

Uma vez as coisas tomadas nestas proporções podemos nos perguntar como são possíveis tamanhos absurdos num mundo tido como totalmente voltado para a comunicação rápida, para a informação precisa, para a tecnologia de ponta? Como tolerar tantas violências corriqueiras e naturalizadas no reino dos Direitos e no império do Estado de Direito? Como tem sido possível a convivência com tantas arbitrariedades e tantos abusos depois de extintos os reis absolutos e de ter sido instaurado um período de garantias de liberdade e justiça, como definem, grosso modo, o seu sistema, republicanos e democratas estadunidenses? Mais ainda: como se sustentam e se proliferam por todo o mundo as carnificinas por motivos étnicos, religiosos, econômicos, políticos ou outro numa época de pretensão “fim das ideologias”?

Levantemos algumas saídas apontadas pelos falaciosos da demagogia democrática e das tiradas ditatoriais — mesmo com o verniz da urna eleitoral —

do socialismo jacobino nas diversas versões reclamadas de inspiração marxiana. Na perspectiva de ambos, o futuro vislumbra a construção de governos nacionais (quer fortes – que é a tendência de toda forma de governo – quer diminutos – sempre apenas em tese pois na prática todo governo é açambarcador), convergindo para o estabelecimento de órgãos mediadores das relações internacionais, de grandes blocos econômicos intercontinentais e de instituições e de legislações reguladoras de acordos de extradição, de expulsão, de cooperação comercial e dos órgãos de repressão; de conexão de cadastros pessoais, de empresas e de outros dados, enfim, uma espécie de governança mundial. É desnecessário dizer ser este governo, de certo modo, já existente. Mas cada vez se torna mais nítida a intenção de se instaurar um “de fato” e não só “de direito”. O diferenciador entre democratas e socialistas, além do oportunismo e demagogia dos primeiros e da falácia e da arrogância dos segundos, está apenas em certos arranjos na tessitura deste novo império e não no questionamento da elaboração de mais um projeto de despotismo, de mais um altar onde se pretende imolar as liberdades individuais e coletivas.

Pelo que vimos acima, podemos perceber as respostas dadas pelos governos de plantão e também pelos demais pretendentes ao poder — tomados pela psicose autoritária — como passando obrigatoriamente ou por uma reforma nos mecanismos e instituições de governo, isto é, por crescente aprimoramento, atualização e conservação nas estratégias de controle social, e/ou, pela mudança nas pessoas dos mandatários, ou ainda por uma composição das duas. De um modo ou de outro, as questões sociais são percebidas, nesta perspectiva, como assuntos alheios aos diretamente interessados, dizendo respeito mais a especialistas e a “representantes do povo” e menos a este mesmo povo; este não pode ter o controle de seu destino ou por pura incapacidade ou por causa de uma concepção de ser

humano como lobo do próprio homem, cultivada pelos orbitais do princípio de autoridade. A pretensa incapacidade da população em gerir sua própria vida vem do preconceito cientificista. Este preconceito está diretamente ligado à superstição filosófica segundo a qual toda e qualquer dimensão da vida humana possui uma verdade essencial, pura ou superior a ser alcançada, ou descoberta, única e exclusivamente pela ciência. Os conhecimentos existentes fora dos cânones sagrados da ciência ocidental são tidos como credices, preconceitos ou superstições... para os novos sacerdotes da religião de ciência!

A noção do homem lobo do homem, do homem mau por natureza ou do ser humano natural ou espiritualmente degenerado constitui na idéia basilar de todo o edifício filosófico das instituições vigentes e, portanto, da forma como se estabelecem as relações políticas, econômicas, intelectuais, pessoais, religiosas e demais nas sociedades reclamadas tributárias de um chamado modo de vida ocidental. Os filósofos do liberalismo partem da concepção de uma conjectura, como eles mesmos denominam seu mito de origem. Um dito estado de natureza seria uma época muito remota; tão distante a ponto de ser impossível provar, com documentos, ter este estado existido. Mesmo assim, se baseiam nesta ilusão para erguer todo seu edifício filosófico, seguindo-se a eles todos os defensores de uma centralização social. No pretense estado de natureza, os seres humanos viveriam isolados tendo posteriormente criado a sociedade com outros semelhantes apenas por motivos utilitaristas. Na vertente hobbesiana dos jusnaturalistas a sociedade passou a existir a fim de que os seres humanos não se destruíssem mutuamente; só sob ameaças e medo de sofrer punição e castigos seria possível barrar os ímpetos anti-sociais próprios dos humanos. O Leviatã seria o ser a pairar sobre todos, impondo, pela magnitude e poderio, temor e respeito, contendo em todos os indivíduos suas inclinações anti-sociais. A escola de Maquiavel iria também somar com

a de Hobbes na elaboração de uma natureza humana essencialmente má, configurando um espectro medonho da sociabilidade humana. Nesta dinâmica se encontram todas as escolas científicas, ideológicas, de doutrina social e filosofias defensoras de uma organização social centralizada, hierarquizada, verticalizada.

Além destas escolas do pensamento social, fundadas em princípios de uma sociabilidade humana má por natureza, temos a tradição religiosa judaico-cristã instaurando uma cosmologia, uma forma de ver o mundo a partir de pressupostos autoritários. Assim, nosso mito de origem sacramenta a idéia da possibilidade do homem isolado. Através deste mito fundamental, básico ou central na teologia cristã, Adão passou um longo período apenas tendo a figura de Deus como interlocutor diário; possuindo todos os predicados de humanidade em si mesmo, sem nenhum contato com semelhantes, falou, nomeou os animais e procedeu no geral como qualquer ser humano faria. Apenas num momento posterior sente solidão e pede à divindade uma companheira que lhe seja “idônea”, depois de observar todos os animais possuindo uma. Sua relação com esta companheira, como com toda a existência, é fundamentada no domínio. No texto sagrado, o criador lhe dá a faculdade de usar, do modo como quisesse, de todos os seres existentes. Sem esquecer do fato de no mesmo texto todo o processo de passagem à existência dos seres ter se dado de uma forma totalmente diferente da do surgimento de Adão; enquanto os animais e plantas surgiam apenas a partir de uma ordem verbal da divindade, nosso Adão foi formado com a modelagem em barro feita pela própria mão de Deus; findo este primeiro momento do processo de criação de Adão, o próprio Deus soprou vida nas narinas do barro inerte, tornando-o, a partir deste momento, uma “alma vivente”. Coloca-se, nesta altura, sub-repticiamente, um abismo de distância entre os seres humanos, os demais seres vivos e materiais inorgânicos. Instalam-se as dicotomias

existência e humanos, natureza e cultura, justificando, a partir de então, um enfoque onde os homens ocupam o centro da existência e, desdobramento natural, exerce sobre todos os seres uma relação de exterioridade e superioridade no sentido de dominação.

Outros mitos, que poderíamos classificar como secundários, de reforço ou orbitais sedimentam esta percepção da existência através da ênfase em outras nuances nas sociabilidades autoritárias. Os mitos do dilúvio, da torre de Babel, de Caim e Abel, e outros mais, alimentam o mito principal ao redimensionarem certos aspectos deste, afirmando uma forma de sociabilidade entre Deus e os homens, entre os homens e a natureza e entre os próprios humanos na qual a hierarquização, a autoridade e o poder são apresentados como elementos primordiais para a existência. De qualquer forma um coração e um cérebro místicos constituem um terreno propício para disseminação da transcendência, venha ela sob qualquer manifestação; substitua Deus por leis da história, Estado, dever, humanidade, justiça ou outra abstração, e as coisas permanecerão as mesmas. No texto sagrado os termos chaves e mais recorrentes resultam na elaboração e disseminação de uma sociabilidade autoritária: “Rei dos reis”, “Senhor dos senhores”, “Deus vingativo, ciumento e iracundo”, “Deus dos exércitos” entre outros que se desdobram no estabelecimento de relações baseadas no domínio, na punição e no castigo, na premiação e na glorificação. As coisas não mudam o conteúdo quando a divindade de nossa sociedade passa a ser apresentada como “Deus de amor”, “piedoso”, “misericordioso”, “infinitamente bom”, ou outro termo equivalente, pois o abandono pela divindade das atitudes marcadamente duras de um período adotando outras brandas e bondosas apresenta-se como uma mudança sem causa, sem motivo, legitimando o arbítrio. A própria idéia de Deus instaura o absoluto uma vez ele não precisar ser “bom”, “fiel”, “justiceiro”, “zeloso” ou outro qualificativo. É o Todo-

Poderoso e ponto final. O que passa disto são exercícios de contorcionismos no pensamento propostos pelos teólogos a fim de ludibriar e desvanecer as inquietações.

Toda cosmologia instaura, de uma forma geral, um tipo de sociabilidade. A maneira como percebemos a existência inaugura o modo como nos relacionamos com todos os seres vivos, com nosso planeta e com os demais humanos; neste último conjunto a maneira de balizarmos nossos relacionamentos com povos longínquos, próximos e de nossa íntima familiaridade passa por uma formatação dada pelos mitos, por uma cosmovisão. O modo como pensamos está intrinsecamente ligado a como sentimos, ao mesmo tempo em que o modo como sentimos depende diretamente de como pensamos; pensamento e sentimento oferecem os referenciais através dos quais selecionamos os estímulos que nos chegam a todo instante, num processo contínuo de criação de realidades. Nosso olhar, sobretudo, ao nosso redor encontra-se modulado por um conjunto complexo de elementos os mais variados possíveis. Nossas maneiras comportamentais possuem referenciais fundamentais nos conceitos e afetos aprendidos e apreendidos no meio e nos coletivos onde nos iniciamos culturalmente. O pavor da morte cultivado pela religião cristã, por exemplo, não impede a experiência da finitude; impede antes a experimentação plena da vida; o medo de morrer não gera imortalidade mas sim mortos-vivos! Neste ponto surgem os mal-amados, os ressentidos, os recalcados; o fiel abraça um código de comportamento por demais rígido; suas relações pessoais e coletivas são estabelecidas a partir de balizas instauradoras do absoluto. Por outro lado a vida é percebida como diretamente relacionada ao número de dias de respiração e de manutenção das funções primárias de um organismo; a forma como este período se passa não é de modo algum levado em consideração. Desta maneira se instaura um tipo de sociabilidade baseada no sacrifício, na dor, na angústia, no sofrimento.

O amor e a sexualidade, particularmente na tradição judaico-cristã, são objetos de um regramento mortal, ocasião propícia para o estabelecimento de uma profunda miséria existencial. Os fascismos de todos os matizes precisam deste terreno para florescer, com todo vigor, individualidades incompletas, deformadas, castigadas; são estas as matérias-primas fundamentais para o estabelecimento de “governos fortes”! São pessoas estilhaçadas afetiva e psicologicamente dispostas à prática da delação sistemática ou esporádica, condição *sine qua non* de todos os totalitarismos. Os governos autodenominados modernos têm em uníssono cultivado, de uma maneira calculada, sociabilidades fundadas na alcagüetagem; uma sociedade de alcagüetes é a cicuta oferecida disfarçada em vinho. Todas as instituições das sociedades modernas objetivam inocular nos indivíduos a consciência de ser um “cidadão” livre onde, através de novos contorcionismos e mistificações, a liberdade é totalmente negada por tantas regulamentações e códigos. As instituições não funcionam? Seus direitos não são respeitados? Não há segurança? A saúde e a educação são precárias? O salário é insuficiente? A polícia é violenta? Os governantes são corruptos? DE-NUN-CI-AR é a grande e maravilhosa saída apontada pelos ditadores de plantão! A realização da cidadania é manifesta quando o indivíduo, pasmem, “denuncia” à Providência política; da mesma forma a realização do ser do fiel se dá ao recorrer, e ao confiar, plenamente à Providência divina todos os seus problemas, toda a sua vida!

Os mitos religiosos ao lado das superstições filosóficas e dos preconceitos cientificistas findam por engendrar individualidades místicas e irresponsáveis. Baseado em religião, quer em ideologia, filosofia ou alguma escola teórica, todo o pensamento fechado em si mesmo reinstala o absoluto, o transcendental. A idéia de um ser supremo, seja ele Deus, Pátria, leis da história, Humanidade, Ciência, Estado, Inconsciente,

estruturas profundas, ou outra abstração qualquer anula dos indivíduos a possibilidade de uma ação responsável e consciente, enquanto estes se encontrarem sob o arbítrio de uma entidade todo-poderosa, a quem direcionam a causa e o fim de toda a existência. Os indivíduos se tornam pessimistas, fatalistas e resignados ao adotarem qualquer das seitas como referencial para suas relações. Isto porque a crença num ser superior, pairando sobre todos e sobre tudo, funda tipos de relações sociais e pessoais reproduzindo esta perspectiva de modo a conduzir os fiéis à procura de superiores entre si. É desnecessário dizer ser este o terreno adequado para a adoção de atitudes de adaptação, reprodução e manutenção das relações hierarquizadas. Estas têm como requisito fundamental o cultivo da obediência por um considerável estrato social. Insubmissão, indisciplina, irreverência são posturas inconciliáveis com uma sociedade onde as relações entre pessoas e coletividades são verticalizadas.

O ser obediente é passivo e irresponsável; passivo por não exercer a imaginação e criatividade, limitando-se a persistir num circuito estímulo-resposta ou, quando muito, exercitando sua imaginação no estreito campo balizado por uma verdade oficial (um limitante e não um militante). Irresponsável porque ao cumprir ordens acha-se moralmente irrepreensível ante as conseqüências de suas atitudes. Desta forma, pode tranqüilamente jogar bombas em populações civis, apertar um botão de descarga elétrica numa pessoa presa a uma cadeira, desviar recursos públicos, administrar e auxiliar o “bom funcionamento” dos novos campos de concentração (asilos, quartéis, manicômios, presídios...), enfim, realizar qualquer atividade ordenada pelos seus “superiores” (não é este o termo?).

O medo é o sentimento a orientar as ações do místico, do crente em seres ou entidades supremas. “O temor do Senhor é o princípio da sabedoria”, reza o texto sagrado, sem alertar os fiéis ser este temor extensivo

a tudo relacionado e relacionável a este “Senhor”. Este, por sua vez, toma a forma ora de chefe da sessão, ora do patrão, ora do pai ou da mãe, ora do professor, ora do policial, ora da Pátria... O indivíduo temeroso espera de Deus, do Estado, de instituições, da polícia, da “justiça” a resolução de seus problemas. O ensino oficial, a família, o sindicato, a igreja, o ambiente de trabalho, o trânsito, cultivam, por entre suas finalidades mais explícitas, o narcótico da pusilanimidade. Também, na chamada sabedoria popular encontra-se instalado o fermento do temor: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, diz um dos ditados, sedimentando relações de dominação como sendo naturais e, mais que isto, inevitáveis, necessárias. Este pensamento ao lado do mais badalado ainda “cada macaco no seu galho”, forma uma dupla medonha procurando inocular nos indivíduos a predisposição à obediência, a vontade de servir e o medo de sofrer punições e castigos. Se este tipo de pensar e sentir é disseminado na população em geral, com ênfase nos trabalhadores, entre os dirigentes, por outro lado, cultiva-se a lógica da dominação. Assim temos entre os chefes um ditado orientando-os a gritarem sempre com o subordinado, pois caso o chefe não saiba, às vezes, porque está gritando, o outro saberá sempre o porquê de estar sendo insultado.

Todos estes elementos conjugados resultam na existência de uma forma de relação social baseada no mando e na subserviência; há pessoas predispostas para dominar e outras predispostas para obedecer. Cultivam-se, desta maneira, pendores para a obediência em uns e a vertigem do mando em uns poucos. Isto se estabelece de uma maneira relacional: o conjunto da sociedade possui, regra geral, poucos segmentos orientados para o domínio, e os demais, ou a quase totalidade destes, inclinados à obediência; isto significa também existir a mesma dinâmica no interior de cada um destes segmentos. A lógica do mando e da obediência se coloca como uma forma de ver o mundo e de se portar diante

das situações rotineiras como também das inusitadas. Assim, todo o conjunto das relações de um indivíduo de qualquer dos segmentos sociais vai se realizar tendo como pano de fundo orientador das suas atitudes símbolos e signos culturais, processos e mecanismos do poder instauradores de hierarquias. Na medida em que alguém ou um evento, que entre no campo sensorial de um indivíduo das chamadas classes dirigentes, procurando interagir com ele ou instando-o a adotar alguma ação, será correspondido ou não, desta ou daquela forma, a depender da situação dos campos culturais implicados.

Se alguns entendem ser o niilismo, o desencantamento, a crise, o pessimismo, um pós-modernismo, ou outra ainda, a característica mais marcante de nossa época, acredito ser a COVARDIA a marca mais destacável (e detestável) da civilização ocidental. Só uma sociedade de covardes possibilita o surgimento dos fascismos nas versões das mais diversas (socialismo de Estado, nazismo, totalitarismo, teocracias, democracias, imperialismos). Apenas covardes contumazes conseguem se enganar e passar a vida sem agir (entendido na concepção plena do verbo), vegetando, esperando, esperando...

a posição correta dos astros,
um salvador,
o terceiro milênio,
a vitória de seu partido ou de seu candidato,
um grande líder mundial,
um sistema de governo perfeito, racional e justo,
o advento do super-homem,
acertar na sena acumulada,
que seja chamado para o show do milhão,
a outra vida,
a batalha final,
a solução final,
uma promoção,
que o marido se toque,

que a mulher se toque,
o reconhecimento geral do gênio que é,
o contato dos ets,
outra capicua,
a segunda vinda de cristo

ou outra coisa qualquer. Esta espera sem fim não acontece impune nem inocentemente, uma vez que guarda em si a manutenção de uma sociabilidade sinistra porque disseminadora de relações verticais, insensibilidade nas reações e um modo de vida hierarquizante.

Nossa época seria justamente conceituada caso fosse estabelecido o termo COVARDIA como síntese geral e definição cabal de todos os avanços... para trás! De todas as conquistas... de grilhões! De todas as vitórias... do arbítrio! Ficaria muito mais adequada uma obra tratando do século XX, e sobretudo de nossos dias, como TEMPOS DE COVARDIA ou A ERA DA COVARDIA. Nem pós-moderno, nem pré-moderno, nem moderno, nem desencantamento do mundo, nem crise dos paradigmas, nem niilismo conseguem exprimir meu sentimento ao olhar para as pérolas legadas para todos nós pelos esforçados altruístas, salvacionistas, bondosos estadistas e caridosos religiosos. Todo o processo social tem desembocado na elaboração de individualidades fracas, disciplinadas, domadas, místicas. O rumo tomado pelas instituições vigentes traduz o estabelecimento de vontades deformadas, estas abandonam uma vibração ativa passando para um circuito de passividade, ou de uma vontade ativa... de servir! Toda a programação midiática, exemplo contemporâneo de meios de construção de imaginário — naturaliza cenas de lutas sangrentas, morte, hierarquias, assassinatos, carnificinas; a começar pelas programações infantis, trabalhando nesta tanto a naturalização da violência como uma difusão sistemática de termos militaristas. O mundo das fábulas infantis espelha uma sociabilidade fundada no autoritarismo, procurando fixar nas mentes imberbes uma cosmologia de tipo mística. Reis, princesas, monstros,

magos, bruxas, seres fabulosos, mulheres frágeis ou extremamente cruéis, são os habitantes do mundo das fábulas e das lendas estabelecidas, sedimentando sutilmente as relações fundadas no princípio de autoridade. Reverência, temerosidade, pusilanimidade, covardia, enfim, são os elementos constituintes da matéria dos seres humanos sob regime disciplinar; este é o terreno adequado e favorável ao estabelecimento de projetos de dominação e controle. A disciplinaridade e o domínio reproduzem a velha escravidão negra; a diferença da escravidão moderna se deve ao fato de hoje a escravidão ser mais ampla e não restrita apenas a negros; como também ao fato desta escravidão ser mais eficaz na medida em que a quase totalidade das pessoas se vê como “livre” ao mesmo tempo em que atribui à existência de um governo — democrático, socialista, teocrático ou de outra variação — esta prerrogativa.

resumo

Os cuidados com os procedimentos usados nas pesquisas sociais têm produzido debates e orientações as mais diversas. Várias escolas teóricas apontam diferentes maneiras de tratamento do chamado “objeto” da pesquisa. Florentino de Carvalho, em sua crítica à transcendência, abordou este tema de uma forma bem particular. Elaborando uma perspectiva relacional na ação e na reflexão, onde movimento nômade desrespeita fronteiras fixadas entre os saberes e entre estes e a vida; vemos também ser instalado neste processo um modo antropofágico de apropriação vivencial; atitude selvagem opondo-se à domesticação dos pensamentos, sentimentos, dos corpos. Enfim, indisciplina como postura existencial, diluindo hierarquias, instaurando sociabilidades em fuga dos centralismos, dos sedentarismos.

abstract

The care with the proceedings applied in social research has produced assorted debates and orientations. Many theoretical perspectives point out different ways to deal with the so-called “object” of research. Florentino de Carvalho, in his criticism of transcendence, treated this subject in a particular manner. Building a relational perspective in action and reflection, where the nomad movement disrespects borders placed among knowledges and between them and life; we also see an anthropophagical manner of appropriation being established; savage attitude in opposition to domestication of thought, feelings, bodies. Finally, indiscipline as existential attitude, diluting hierarchies, establishing sociabilities to escape from centralisms, from sedentariness.